



UNIVERSIDADE
DE VERÃO 2015
CASTELO DE VIDE, 24 A 30 DE AGOSTO

Portugal com Futuro: Finanças Públicas Sustentáveis

Maria Luís Albuquerque

25 DE AGOSTO DE 2015

Universidade de Verão do PSD

Castelo de Vide

25 de agosto de 2015

Tema: “Portugal com Futuro: Finanças Públicas Sustentáveis”

Maria Luís Albuquerque

É com grande satisfação que volto a estar presente na Universidade de Verão do PSD. É uma oportunidade excelente de explicar o que o governo faz, porque o faz e que resultados obtém da aplicação das políticas. Mais, é uma oportunidade única de responder diretamente às questões dos jovens, a partir da perspetiva que a sua idade lhes confere, necessariamente diferente da de outras gerações, como a minha, mas essencial quando queremos olhar o futuro.

Quem está aqui hoje esperará ouvir-me dizer que a disciplina das contas públicas é fundamental hoje, como o foi antes, e como será no futuro. E deixem-me começar por dizer que não vos vou desiludir. Repetirei sempre esse mantra porque tenho a profunda convicção que implica princípios que temos de interiorizar, de refletir nas decisões políticas e de ter presentes no momento de fazer escolhas fundamentais para o nosso futuro.

Não pretendo dedicar o tempo que tenho hoje convosco a revisitar as dificuldades dos últimos anos. Prefiro centrar-me no muito que conseguimos apesar dessas dificuldades e realçar como esses resultados são essenciais para o que nos propomos fazer.

Daqui a menos de 5 semanas realizam-se as eleições legislativas. Nunca é demais repetir a importância crucial de que estas eleições se revestem. Representam o fechar de um ciclo difícil mas concluído com sucesso em muitas áreas e progressos assinaláveis nas restantes. Mas mais que isso representam a abertura de um novo ciclo onde as escolhas serão mais livres e, por isso mesmo, onde a responsabilidade dos decisores políticos é mais que nunca fundamental.

Quando este governo iniciou funções há já mais de 4 anos, tínhamos plena consciência da dificuldade da tarefa com que nos defrontávamos. Sabíamos que a prioridade tinha de ser colocada na conclusão com sucesso do programa de ajustamento, em todas as suas vertentes. Sabíamos que recuperar a credibilidade externa era essencial para recuperar a capacidade de financiamento da economia. Sabíamos que as reformas estruturais eram essenciais para reforçar a competitividade da economia nacional e que a aposta tinha de estar nos sectores transacionáveis. Mas soubemos também desde o início que a dimensão da tarefa a que deitámos mão em 2011 precisaria de mais de 4 anos para ser concluída.

Recordar o passado, em particular o percurso nos anos que antecederam abril de 2011, é um exercício fundamental. Primeiro, porque o que aconteceu em Portugal não foi obra do acaso, nem um azar que tivemos. Nem foi exclusivamente o resultado da crise financeira internacional que deflagrou em agosto de 2007. O país não avaliou corretamente a dimensão das oportunidades e dos desafios que a adesão ao euro trouxe. Os erros de avaliação foram cometidos em primeiro lugar pelos governos, mas também pelos empresários e até pelas famílias, iludidos todos pelo

crédito fácil e barato. Não faltaram vozes avisadas, em Portugal como lá fora, a alertar para a insustentabilidade do caminho, mas a verdade é que se prosseguiu assim até o país ficar na iminência de bancarrota e não termos alternativa que não fosse contar com a solidariedade dos nossos parceiros europeus e com o apoio técnico e financeiro do FMI.

É também importante recordar as medidas que o governo do PS adotou para enfrentar a crise financeira em 2009 e 2010. Aumentou a despesa pública, estimulou o consumo privado e o resultado foi o que sabemos. O défice atingiu valores nunca vistos – ultrapassou os 11% em 2010 – e a dívida pública disparou. E os mercados fecharam-se. Não só para o tesouro, mas também para os bancos portugueses, logo para as empresas, sobretudo as PME. Apostou-se no aumento do consumo público e privado para combater a crise, como se o país não tivesse problemas de desequilíbrio externo e de excesso de endividamento público e privado. E essa lição é de facto muito importante, porque só o facto de não ter percebido o que aconteceu pode justificar que o PS volte a apresentar hoje, em 2015, depois de um resgate duríssimo para todos os portugueses, de novo a mesma receita.

A um ministro das finanças é confiada a tarefa de zelar pela saúde das contas públicas. É um trabalho que só pode ser bem sucedido se contar com o apoio inequívoco do Primeiro-Ministro e com a determinação de todos os membros do governo. O objetivo para o défice é definido de acordo com as regras do Tratado Orçamental e distribuem-se os recursos disponíveis pelos vários programas e funções que o Estado desempenha. Em cada ano, a maior parte da despesa pública está pré-determinada e é rígida, no curto e no médio prazo. Os salários, as pensões e outras

prestações sociais têm de ser pagos, os juros da dívida têm de ser pagos, os compromissos assumidos em anos anteriores – com contratos de prestação de serviços ou de aquisição de bens – têm de ser satisfeitos, a administração pública tem de funcionar para prestar os serviços que os cidadãos exigem. Quando a receita esperada não é suficiente para fazer face a todos estes compromissos, só há duas vias possíveis: ou se aumenta a receita ou se reduz a despesa. Num ciclo de crescimento económico, a receita fiscal aumenta e a capacidade de acomodar despesa aumenta também, sem com isso fazer aumentar o défice. Mas receita e despesa não têm comportamentos equivalentes. Em ciclos recessivos a despesa aumenta, até pelo efeito dos estabilizadores automáticos – como o subsídio de desemprego, por exemplo, e a receita cai, por vezes muito e muito rapidamente. Em ciclos de recuperação económica, a despesa deve ser contida e a receita adicional deve ser utilizada para promover a redução de despesa futura, reduzindo a dívida pública e, conseqüentemente, o peso dos juros.

Defender que o aumento da despesa pública é gerador de riqueza em si mesmo é, para mim, incompreensível. A dívida é a memória dos défices passados e, para lá de uma discussão em termos meramente económicos ou até em termos ideológicos, a evidência é de tal forma óbvia que não pode ser ignorada. Durante a primeira década da participação de Portugal no euro, assistimos a um aumento continuado da despesa pública. Tivemos crescimento? Não. Crescemos menos de 1% em média anual (fomos os segundos piores da área do euro, a seguir à Itália); o desemprego, em particular o estrutural, cresceu; alimentámos um défice externo elevado e persistente; a dívida pública e privada aumentou.

Defender que o consumo privado é o motor da economia e promove o crescimento é também incompreensível. Mais uma vez, para lá da discussão teórica ou ideológica, os factos falam por si. Na primeira década da participação no euro, o rendimento das famílias aumentou, é verdade, e com ele o consumo. Mas com o correspondente aumento das importações e, também no sector privado, da dívida, sobretudo externa.

Assim, como é possível que um partido se apresente aos Portugueses com propostas que falharam tão rotundamente quando aplicadas no passado? E como é possível que se afirme que agora sim, agora resulta. Porquê? O mundo já não é global? A competitividade deixou de ser importante? Já não vivemos numa economia aberta? Porque haveriam os Portugueses de acreditar que exatamente a mesma receita que conduziu ao desastre de 2011 produziria agora resultados diferentes? Simplesmente, não é credível.

O caminho de futuro para Portugal tem de ser outro. A recuperação do rendimento tem de ser sustentada e sustentável. São as empresas que criam emprego e riqueza, são os sectores capazes de enfrentar com sucesso uma economia global cada vez mais competitiva que encontram novos mercados e reforçam presença nos mercados tradicionais, que produzem em Portugal com qualidade e preço que nos permitem consumir o que é português. É por acreditarmos nestes valores que temos trabalhado para que as empresas tenham acesso a financiamento a custos adequados, ao restabelecer a credibilidade externa do País; é por isso que iniciámos a reforma fiscal pelo IRC, num quadro de previsibilidade que nos permitiu baixar a taxa e ainda assim aumentar a receita; é por isso que desenvolvemos esforços coordenados de diplomacia económica

facilitando o acesso a novos mercados pelas empresas nacionais; é por isso que reduzimos a burocracia, como com a criação do balcão único do empreendedor ou a simplificação do processo de licenciamento ambiental; é por isso que revimos e melhorámos os mecanismos de recuperação e revitalização de empresas; é por isso que criámos a Instituição Financeira de Desenvolvimento para centralizar os instrumentos de apoio ao financiamento às empresas e desenvolver instrumentos de capitalização de que as nossas empresas tanto precisam; é por isso que revimos o código fiscal do investimento, e poderia continuar ainda por muito tempo a enumerar todas as medidas que pusemos em prática. E sabemos bem que o sucesso da estratégia que nos permitiu aumentar as exportações de 29% do PIB em 2010 para 40% em 2014 se deve, mais do que a qualquer outra coisa, à capacidade dos nossos empresários, à sua visão e dinamismo. E é por isso também que para os próximos quatro anos propomos aprofundar esta estratégia e continuar a criar as condições para o investimento, seja nacional, seja estrangeiro.

Sabemos também quais os desafios que as famílias enfrentam, em particular o drama do desemprego. E que há ainda muitos Portugueses que não sentiram as melhorias da economia no seu dia-a-dia, mas a verdade é que a recuperação económica é consistente e dá esperança a todos.

O PIB cresce desde o segundo trimestre de 2013, há 9 trimestres consecutivos. O desemprego desce consistentemente desde o pico no primeiro trimestre de 2013 e atingiu em junho deste ano 11,9%, um número demasiado elevado, é verdade, mas já inferior ao segundo

trimestre de 2011, quando este governo iniciou funções. O investimento recupera e os índices de confiança de consumidores e empresários atingem máximos de há muitos anos. As contas públicas continuam a evoluir positivamente, o défice está controlado e este ano iremos ter um défice inferior a 3%, terminando o procedimento por défices excessivos e possibilitando assim aceder à flexibilidade prevista nas regras europeias para continuar a conduzir reformas estruturais ou para realizar investimento. A dívida pública em percentagem do PIB atingiu o seu pico no final de 2014 e desceu já no primeiro e no segundo trimestres deste ano. A receita fiscal continua a aumentar em 2015, apesar da redução da taxa do IRC e da introdução do quociente familiar no IRS, sem que tenha havido aumento nas taxas do IVA.

Todos os dias são divulgados indicadores económicos que comprovam a recuperação ampla da economia nacional, desde as exportações às transações realizadas via rede multibanco, dos juros da dívida negativos à redução do crédito mal parado, da redução do número de falências ao nascimento de novas empresas em todos os sectores de atividade, ao reembolso antecipado ao FMI que permite poupar centenas de milhões de euros em juros.

Por mais que a oposição tente fazer crer que o país está pior, a realidade todos os dias nos diz o contrário. E como devemos reagir a esta sucessão de notícias positivas?

Em primeiro lugar, com a satisfação de saber que cada indicador positivo significa melhorias na vida de muitas pessoas. Em segundo lugar, com trabalho para que os indicadores positivos se repitam e sejam cada vez mais robustos, não permitindo nunca que se pense que está tudo feito,

mas não deixando de evidenciar o que os portugueses a cada dia conquistam, porque é vendo os frutos do trabalho que todos encontramos ânimo para fazer cada vez mais e melhor.

E podemos também realçar a subida muito expressiva dos candidatos ao ensino superior para o próximo ano letivo, ou o aumento do número de nascimentos no primeiro semestre deste ano. Ou a subida de 15 posições no ranking de competitividade. Ou os números record no turismo, que fazem de cada ano o melhor de sempre. E tantas outras evidências de que o caminho que temos vindo a traçar é o correto e que agora é que não podemos mesmo desistir nem andar para trás.

Se é verdade que é muito difícil governar sob um programa de ajustamento – e este governo sabe bem como foram penosos os três anos de troika, com avaliações a cada 3 meses para garantir o recebimento da tranche seguinte – não é fácil governar bem quando a economia recupera. Um ciclo de recuperação económica alivia a restrição orçamental e é nesse momento que verdadeiramente se põe à prova a responsabilidade de quem toma as decisões. Nenhum governo toma decisões difíceis, como reduzir salários ou pensões, se tiver alternativas que penalizem menos as pessoas. Não são decisões que se tomem de ânimo leve ou que algum governante goste de anunciar. Mas quando a responsabilidade o impõe, há que ter a coragem de as tomar e de as comunicar claramente. E quando a situação melhora não é altura de anunciar que já passou tudo e que podemos de um momento para o outro passar uma esponja no que aconteceu e repetir os mesmos erros.

O que seria de Portugal se nos próximos anos se voltasse repentinamente a aumentar a despesa? Se se promettesse tudo a todos? Na melhor das

hipóteses, teríamos uma breve ilusão de crescimento, para voltarmos a acordar para uma realidade ainda mais dura que a de 2011. Acredito, no entanto, que nem essa ilusão breve nos seria permitida. Os mercados estão vigilantes e já nos mostraram como podem de um dia para o outro negar o financiamento de que Portugal precisa para continuar a crescer. E o que diriam os nossos parceiros europeus que agora olham para nós com renovada confiança? Que afinal Portugal não tinha mudado, apenas tinha aceite as restrições quando não tinha alternativa e que sem essa vigilância externa, permanente, voltaria aos erros passados.

Acreditamos que essa não é de facto a vontade dos Portugueses. Que o terceiro programa de ajustamento em menos de 40 anos de democracia foi o último e que mudámos de vida, para melhor. Porque o que recuperámos é sólido e é a base de um futuro sempre melhor, porque o pior já passou mas a fatura dos erros passados é ainda pesada e exige consistência na ação e determinação nos objetivos.

O programa de estabilidade e o programa nacional de reformas que o governo apresentou na Assembleia da República e enviou para Bruxelas em abril deste ano constituem a referência macro-orçamental e a continuação do caminho de reformas iniciado nesta legislatura. São a base sobre a qual foi construído o programa eleitoral com que a coligação PSD-CDS se apresenta às próximas eleições. O programa de estabilidade foi avaliado, tanto nos seus pressupostos como nas suas conclusões, pelo Conselho de Finanças Públicas, pela UTAO e pela Comissão Europeia. Não nos limitamos a afirmar que é credível, sujeitámos os nossos números ao escrutínio independente destas entidades. E ao longo destes quatro anos aumentámos a transparência das contas públicas, permitindo a todos que

acedam a toda a informação. Disponibilizamos o orçamento numa aplicação interativa que permite que todos possam saber de onde vêm as receitas do orçamento do Estado e onde se gasta o dinheiro. Promovemos ativamente o escrutínio da ação governativa porque acreditamos que os cidadãos merecem ter toda a informação para poderem avaliar adequadamente a forma como desempenhamos as funções que nos foram confiadas pelo seu voto. A credibilidade, como a confiança, não se proclama, nem se reclama, merece-se.

Nos próximos quatro anos, os partidos que compõem a coligação Portugal à Frente querem continuar o trabalho iniciado nos últimos quatro. Manter a disciplina das contas públicas, como condição de base, indispensável ao crescimento, à criação de emprego, à confiança dos Portugueses, dos nossos parceiros e dos mercados. Queremos prosseguir as reformas estruturais iniciadas, usar de forma cada vez mais eficiente os recursos públicos, respeitando o esforço que os cidadãos fazem ao pagar impostos. Queremos garantir o SNS acessível a todos, com qualidade, sustentável, sem acumular dívidas imensas que resultam no aumento dos custos e na deterioração dos serviços. Queremos uma escola inclusiva, com liberdade de escolha mas que dê a todos oportunidade de chegar tão longe quanto o seu mérito permitir. Queremos uma justiça mais célere, porque só assim será mais justa. Queremos uma sociedade menos desigual do que Portugal tem sido historicamente, apoiando quem mais precisa mas sempre promovendo a autonomia e o esforço individual que permite escapar à armadilha da pobreza. Queremos ser cada vez mais competitivos, sem proteções artificiais e insustentáveis num mundo globalizado. Queremos ser uma voz respeitada na Europa, ser um parceiro de pleno direito, no respeito pelas regras que ajudámos a definir e a que

nos comprometemos voluntariamente. Queremos continuar a atrair os estrangeiros que procuram Portugal para trabalhar ou para passar férias, e cada vez mais para investir. Queremos continuar a ser um dos países mais seguros do mundo.

E acreditamos que o percurso traçado nestes duríssimos quatro anos nos permite dizer que somos capazes de continuar a caminhar de forma segura para atingir todos estes objetivos.

A nossa ambição é grande, mas acreditamos que é a ambição de todos os Portugueses. Tanto dos que vivem em Portugal, como daqueles que, recentemente ou há mais tempo, procuraram oportunidades noutros países. Queremos continuar a construir um país mais próspero, mais justo, mais competitivo e mais livre. Com todos os Portugueses.

Muito obrigada.